



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 3, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 3 - EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <https://doi.org/10.29380/2020.14.03.41>

Recebido em: **03/08/2020**

Aprovado em: **04/08/2020**

A IDEOLOGIA EXPRESSA NO DOCUMENTO OFICIAL DOS COLÉGIOS MILITARES;
IDEOLOGY EXPRESSED IN THE MILITARY SCHOOLS OFFICIAL DOCUMENT;
IDEOLOGÍA EXPRESADA EN EL DOCUMENTO OFICIAL DE ESCUELAS MILITARES

PATRICIA TEIXEIRA DE SOUZA

<https://orcid.org/0000-0002-3104-7288>

Resumo: Este artigo diz respeito a uma pesquisa em andamento e pressupõe que a escola é uma instituição pública de aprendizagem pensada pela classe dominante e, por isso, reproduz os interesses desta. O objetivo é analisar o caráter e a natureza do discurso que é propalado, naturalizado e utilizado para justificar a seletividade, a racionalização, a hierarquização, a burocratização e a subalternização do professor no processo de ensino- aprendizagem. Para tanto, apresenta as contradições entre escola pública popular e escola militar e um de seus documentos norteadores - Regimento Escolar – que é pautado no discurso de civismo e cidadania, precedidos da naturalização da narrativa de precarização da escola pública. Como referencial teórico, utilizou-se o conceito de ideologia segundo Chauí (2008); e, a perspectiva althusseriana de escola como lócus de reprodução ideológica do Estado.

Palavras chave: Colégios Militares. Regimento. Ideologia. Reprodução.

Abstract: This article concerns an ongoing research and assumes that the school is a public learning institution designed by the dominant class and, therefore, reproduces its interests. The objective is to analyze the character and nature of the discourse that is propagated, naturalized and used to justify the selectivity, rationalization, hierarchization, bureaucratization and subordination of the teacher in the teaching-learning process. Therefore, it presents the contradictions between public school and military school and one of its guiding documents - School Regiment - which is based on the discourse of civism and citizenship, preceded by the naturalization of the narrative and precariousness of the public school. As a theoretical reference, it'll used ideology second to Chauí (2008); and, the Althusserian perspective of school as the locus of ideological reproduction of the State.

.Keywords: Military Schools. Regiment. Ideology. Reproduction.

Resumen: Este artículo se refiere a una investigación en desarrollo y presupone que la escuela es una institución pública de aprendizaje pensada por la clase dominante y, por eso, reproduce los intereses de esta. El objetivo es analizar el carácter y la naturaleza del discurso que es propalado, naturalizado y utilizado para justificar la selectividad, la racionalización, la jerarquización, la burocratización, y la subordinación del profesor en el proceso enseñanza-aprendizaje. Para tanto, presenta las contradicciones entre la escuela pública popular y la escuela militar y un de sus documentos orientadores-Regimento escolar-que es pautado en el discurso de civilidad y ciudadanía, precedidos de la naturalización de la narrativa de precariedad de la escuela pública. Como referencial teórico, se utilizó el concepto de ideología según Chauí (2008); y, la perspectiva althusseriana de escuela como locus de reproducción ideológica del estado.

Palabras-Clave: Colegios militares. Regimento. Ideología. Reproducción.

Introdução

O presente artigo busca fomentar uma reflexão acerca da natureza e do caráter dos discursos que tentam legitimar a gestão militarizada no ensino público goiano. A acepção é que este conjunto de narrativa se materializa na seletividade, exclusão, racionalização, hierarquização e subalternização do corpo docente e dos discentes.

Para tanto, este estudo mostra um panorama em relação aos discursos que sutilizam as lacunas existentes nas contradições entre escola pública popular e escola militar. O artigo discute os documentos norteadores do Colégio Militar tendo em vista que estes possuem um Regimento Escolar próprio, autônomo, que garante a legitimidade de suas ações popularmente aceitas, pautadas no discurso de civismo e cidadania, precedidos da naturalização da narrativa de precarização da escola pública.

No que diz respeito ao referencial teórico, utilizou-se o conceito de ideologia segundo Chauí (2008); e, para fundamentar o conceito de escola, realiza-se uma reflexão a partir da perspectiva althusseriana que esclarece sobre o funcionamento da escola como locus de reprodução ideológica do Estado e da cultura dominante.

As lacunas na criação dos Colégios Militares

A escola pública é alvo de interesse de diversos segmentos políticos, travando uma batalha pelo seu controle e pela legitimação de suas finalidades. Portanto, há inúmeras pesquisas sobre a escola, o tipo de ensino a ser ofertado, sobre sua organização administrativa e pedagógica, quase todas com a intenção de explicitar a seguinte questão: “[...] para que servem as escolas?” (YOUNG, 2007, p.1287).

Esta pesquisa parte do entendimento de que a escola, por mais antiga que seja, é locus de disputa e de interesse de diversos setores da sociedade e, em cada contexto histórico, econômico, religioso e social, percebe-se que prevalece o interesse de um determinado grupo que pode definir a função da escola de acordo com as suas aspirações; impactando, assim, na pedagogia, no currículo, na didática e na ação docente. Segundo Libâneo (1998, p. 71), “[...] a prática educativa é sempre a expressão de uma determinada forma de organização das relações sociais da sociedade”.

Nesse sentido, a busca por um determinado modelo de escola pode estar associada aos interesses de uma classe social específica que, por meio da mídia, dissimula sua ideia e cria um imaginário coletivo das ideias dominantes como necessidades de todos os segmentos da sociedade. Nessa acepção, o crescimento dos colégios militares poderia estar associado ao discurso propalado nas redes midiáticas de crise e violência, fundamentada na crença produzida por um grupo de indivíduos que acreditam que a escola pública convencional não seja capaz de responder às questões relacionadas à indisciplina, à aprendizagem e à segurança; o que demanda, segundo o senso comum, a intervenção dos militares na educação das crianças e jovens. Para Pinheiro:

É por isso que em períodos de crise do sistema político, há um aumento da presença militar na administração pública, pois esse é um modo de o próprio sistema se manter. Nesse sentido, os argumentos sobre a crise geral e disciplinar das escolas públicas demandaria a intervenção dos militares (PINHEIRO, 2016, p. 47).

Não obstante, para que as reais causas da divisão social em classe sejam dissimuladas, é preciso que as ideais das classes dominantes sejam aceitas como algo dado, a-histórico, natural, perene, que sempre existiu graças a seres místicos, transcendentais, deuses e espíritos. Para Bourdieu e Passeron (1970, p. 23 – grifos do autor), “[...] É assim que a amnésia da gênese que se exprime na ilusão ingênua do ‘sempre-assim’”. A medida que essas ideias são disseminadas pela escola, meios de comunicação, redes midiáticas, elas são naturalizadas. Mas para que o discurso seja aceito e plausível, deve ser coerente, lógico, sistemático. Nesse sentido, Chauí define a ideologia nesses termos:

A noção de ideologia pode ser compreendida como um corpus de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir. Com o objetivo de impor os interesses particulares da classe dominante, esse corpus produz uma universalidade imaginária. A eficácia da ideologia depende, justamente, da sua capacidade de produzir um imaginário coletivo em cujo interior os indivíduos possam localizar-se, identificar-se e, pelo autor reconhecimento assim obtido, legitimar involuntariamente a divisão social. Sua coerência está atrelada a uma lógica da lacuna e do silêncio sobre sua própria gênese, isto é, sobre a divisão social das classes (CHAUI, 2016, p. 245).

A ideologia vela a luta de classes, mascara o caráter contraditório da divisão social do trabalho, privilegiando a classe burguesa por meio do discurso dominante, levando as pessoas a desconsiderarem a divisão entre as diferentes classes da sociedade, as relações entre explorados e exploradores, acreditando que toda a história é algo dado, eterno. Desse modo, a história contada pela classe dominante é sempre a história dos dominantes, do grupo que detém o poder; é uma história que tem por finalidade manter a hegemonia burguesa e dissimular as divisões sociais do trabalho. Sobre esse assunto, Chauí esclarece que:

Se a história é o processo prático pelo qual, homens determinados em condições determinadas estabelecem relações sociais por meio das quais transformam a Natureza (pelo trabalho) se dividem em classes (pela divisão social do trabalho que determina a existência de proprietários e de não proprietários), organizam essas relações através das instituições e representam suas vidas através das idéias, e se a história é da luta de classes, luta que fica dissimulada pelas idéias que representam os interesses contraditórios como se fossem interesses comuns de toda a sociedade (através da ideologia e do Estado), então a história é também o processo de dominação de uma parte da sociedade sobre todas as outras (CHAUI, 2008, p 79).

Segundo Marx e Engels (1988, p. 47), “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”, portanto, a luta de classe não se extinguiu na nova burguesia. Sendo assim, são veladas as reais causas da divisão social e o discurso é sempre forma de dominação que representa os interesses de uma minoria como se fossem interesses comuns. Não obstante, Althusser (1980, p. 36) apresenta uma “teoria descritiva acerca do essencial da Teoria Marxista do Estado” como aparelho repressivo a serviço das classes dominantes, e, em defesa das aspirações da burguesia na luta contra os proletários. Desse modo, para Althusser:

Toda a luta de classes política gira em torno do Estado. Quer dizer: em torno

da detenção, isto é, da tomada e da conservação do poder de Estado, por uma certa classe, ou por uma aliança de classes ou de frações de classes (ALTHUSSER, 1980, p. 36).

Em face do exposto, é possível encontrar na teoria dos Aparelhos do Estado a compreensão sobre o papel que a escola exerce enquanto lócus de reprodução ideológica desse aparelho. Mas, para essa compreensão, é necessário fazer a distinção entre os “Aparelhos Repressivos do Estado e Aparelhos Ideológicos do Estado” realizados por Althusser (1980) em sua obra - Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. O autor apresenta essa definição da seguinte forma:

Não se confundem com o aparelho (repressivo) de Estado. Lembremos que na teoria marxista, o Aparelho de Estado (AE) compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., que constituem aquilo a que chamaremos a partir de agora o Aparelho Repressivo de Estado. (...) Aparelhos Ideológicos de Estado as instituições seguintes (a ordem pela qual as enunciamos não tem qualquer significado particular):

- O AIE religioso (O sistema das diferentes Igrejas) ,- o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares), - o AIE familiar, - o AIE jurídico 2, - o AIE político (o sistema Político de que fazem parte os diferentes partidos), - o AIE sindical, - o AIE da informação (imprensa, rádio-televisão, etc.), - o AIE ,cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.) (ALTHUSSER , 1980, p. 42-44).

Para o autor supracitado, o que diferencia esses dois Aparelhos do Estado é a forma que eles funcionam. Segundo Althusser (1980, p. 46 – grifos do autor) “diremos de facto que qualquer Aparelho de Estado, seja repressivo ou ideológico, «funciona» simultaneamente pela violência e pela ideologia”. Destarte, os aparelhos Ideológicos funcionam massivamente pela ideologia e secundariamente pela repressão; enquanto, “os aparelhos Repressivos funcionam massivamente pela repressão e secundariamente pela ideologia” (ALTHUSSER, 1980, p. 54). Segundo esse princípio, é pertinente uma reflexão acerca dos colégios militares que, por tratarem-se de instituições escolares geridas concomitantemente por duas administrações, disciplinar e pedagógica, traria consigo um duplo funcionamento: repressivo e ideológico, em que ora pode prevelecer a ideologia e ora a repressão.

Ainda segundo Althusser (1980, p. 48), todo aparelho ideológico do Estado impõe a “ideologia dominante, que é a da classe dominante”. Esta, segundo o autor, se organiza por diversos meios para agir nas classes dominadas com mecanismos de repressão e coerção, dispondo dos “aparelhos repressivos do Estado por intermédio da ideologia dominante nos Aparelhos Ideológicos de Estado” para garantir sua hegemonia. Porventura, talvez seja essa a grande lacuna no que se refere à diferença entre a escola popular e escola militar. Segundo Althusser (1980, p. 49), “nenhuma, classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado”.

Sendo assim, para compreender os discursos que legitimam a transformação e a aceitação de escolas públicas populares em escolas militares, considera-se que o Estado compreende em sua estrutura dois corpos: dos aparelhos repressivos e dos aparelhos ideológicos. Ambos funcionando com o objetivo da perpetuação dos interesses da classe dominante. Por isso, o interesse do Estado em controlar, por meio da ideologia e da repressão, esses corpos, a escola, que potencialmente pode vir a se rebelar e abalar as estruturas que garantem a hegemonia burguesa.

Althusser (1980, p. 49) esclarece que “os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não só o alvo

mas também o local da luta de classes e por vezes de formas renhidas da luta de classes”. Destarte, o local de uma possível luta de classes necessita de um aparelho repressivo para garantir por meio do controle a perpetuação dos interesses da burguesia. Daí o interesse na criação e ampliação massiva das escolas militares que, por meio de documentos e regulamentos próprios, possibilitam essa reprodução dos interesses dominantes.

O Regimento da escola militar

Para compreender como os documentos dos colégios militares contribuem na manutenção e reprodução das ideias dominantes, este estudo apresenta alguns desses. Os itens elencados a seguir fazem parte do Regimento Escolar do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás. Sendo assim, é importante ressaltar que, neste estudo, priorizaram-se os artigos que mais impactam o processo de ensino- aprendizagem.

a. Do ingresso e permanência do aluno na escola

Segundo o Regimento do Colégio, para matricular-se nesse modelo de escola, o aluno deve participar de um sorteio que, conforme o documento, torna sua inserção no Colégio democrática. Desse modo, o Art. 86 do Regimento do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMEG, 2018, p.21) diz que: “O ingresso do aluno no CPMG será efetivado mediante sorteio, coordenado por comissão nomeada pelo Comando de Ensino da PMGO e presidida pelo Comandante e Diretor da Unidade Escolar”.

Esse documento discorre sobre as finalidades educativas dos colégios militares elencando alguns objetivos que devem ser considerados, dentre eles:

Art. 4º O ensino ministrado será baseado nos seguintes princípios, fins e objetivos:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, dentro das normas previstas neste Regimento; (PMEG, 2018, p. 2).

O artigo acima citado descreve sobre as condições de igualdade de acesso e permanência, porém, quando se examina o artigo 241, que dispõe sobre os uniformes exigidos, evidencia-se a exclusão social das camadas mais pobres da população, tendo em vista que essas, muitas vezes não conseguem adquirir todos esses itens de caráter obrigatório em função do alto custo dos mesmos:

1º UNIFORME (Túnica Branca): Boina marrom; Túnica branca; Camisa branca manga longa; Gravata marrom vertical; Cinto marrom de nylon; Calça marrom; Meias na cor preta; Sapatos pretos

Para alunas: Saia-calça marrom (com comprimento à altura dos joelhos); Sapato social preto (feminino); Gravata marrom de laço; Meia de seda cor da pele

2º UNIFORME (Túnica Marrom): Boina marrom; Túnica marrom; Camisa branca manga longa; Gravata marrom vertical; Cinto marrom de nylon; Calça marrom; Meias na cor preta; Sapatos pretos

Para alunas: Saia-calça marrom; Sapato social preto (feminino); Gravata marrom de laço; Meia de seda cor da pele

3º UNIFORME (Básico): Boina marrom; Camisa bege manga curta; Camiseta bege com mangas curtas; Cinto marrom de nylon; Saia-calça (com comprimento à altura dos joelhos) ou Calça marrom; Meias na cor preta; Sapato social preto

Para alunas: Calça marrom; Sapato social preto (feminino); Meia de seda cor da pele (facultativo)

4º UNIFORME (Educação Física): Camiseta bege manga curta; Bermuda marrom; Meias soquete branca (cano médio ou baixo); Tênis preto com cadarço

5º UNIFORME (Agasalho): Camiseta bege manga curta; Blusa em malha marrom e bege (podendo ser forrado); Calça em malha marrom e bege; Meias soquete branca; Tênis Preto

6º UNIFORME (Bata para Gestantes): Bibico marrom; Bata marrom (comprimento à altura dos joelhos); Camisa bege manga curta; Sapato social preto (feminino)

7º UNIFORME (Natação):

Sunga preta para os alunos; Maiô preto para as alunas; Touca preta com o nome bordado do lado esquerdo e logotipo da escola lado direito (PMEG, 2018, p. 61 – grifos do documento).

Além disso, é vedada a renovação da matrícula aos alunos do Colégio Militar que forem reprovados por dois anos consecutivos, conforme o Art. 90, parágrafo único do Regimento:

Art. 90. (...) Parágrafo Único. Não será admitida à renovação da matrícula ao aluno que:

I - For considerado reprovado pela segunda vez consecutiva, na mesma série cursada em qualquer Unidade do CPMG (PMEG, 2018, p. 29).

Outro fator importante a ser levado em consideração são as formas de avaliação referentes ao comportamento dos alunos. Os mesmos, além das avaliações de aprendizagem, são submetidos a um processo avaliativo do seu desenvolvimento moral em uma escala que varia de 0 a 10 pontos. Caso o aluno apresente baixo desenvolvimento, é encaminhado a um Conselho Disciplinar não podendo mais permanecer no Colégio, conforme o excerto a seguir:

Art. 190. O comportamento dos alunos deve ser classificado por grau numérico, de acordo com os seguintes critérios:

Excepcional - grau 10,0

Ótimo - grau 9,0 a 9,99

Bom - grau 7,0 a 8,99

Regular - grau 5,0 a 6,99

Insuficiente - grau 2,0 a 4,99

Incompatível - grau abaixo de 2,0

§ 1º O grau de comportamento se estenderá por todo o ano letivo em cada série.

§ 2º O aluno, ao matricular-se pela primeira vez no Colégio, será classificado no Bom Comportamento com o grau numérico 8,0 (oito). (PMEG, 2018, p. 53).

Os artigos supracitados evidenciam o caráter de exclusão desse modelo de escola que, mesmo se intitulando democrática, não aceita o aluno com baixo rendimento, seja ele comportamental ou cognitivo, negando-lhe o direito de estudar no colégio se não conseguir aprovação, tornando assim a avaliação punitiva. Não obstante, o Regimento atribui à uniformidade e à homogeneidade uma especial importância. E, caso o aluno não se adeque a essa uniformidade, o mesmo é tratado como um transgressor e, a cada transgressão, é aplicado um Relato de Ocorrência (RO) comprometendo sua avaliação junto ao Conselho Disciplinar. O RO é uma advertência que pode ser aplicada pelo professor, militar ou o aluno que estiver responsável pela sala de aula (esse aluno é intitulado ‘Chefe de Turma’). Conforme o Art. 249 do Regimento Escolar (2018, p. 70): “O Chefe de Turma será determinado por escala entre os integrantes da respectiva turma, sendo auxiliado por outro aluno, que será o Subchefe de Turma”.

Segundo o Regimento configuram-se como transgressões:

Art. 168 Transgressões disciplinares são quaisquer violações dos preceitos de ética, dos deveres e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento impostos aos alunos, em função do sistema de ensino peculiar ao CPMG (PMEG, 2018, p. 46).

Esses regimentos exclusivos das escolas militares dão-lhes garantias que as demais escolas públicas não possuem, inclusive a utilização de um processo avaliativo com vistas no comportamento e à postura e aparência do aluno. O Art. 34 do Regimento Escolar (PMEG, 2018, p. 47) mostra que: “Quando uniformizado, deixar de atentar para a postura e compostura, seja no colégio ou fora dele”. Diante do exposto, é possível perceber que mesmo com o ingresso sendo considerado pelo documento como democrático, o aluno que não se portar de acordo com os moldes rígidos do colégio, não tem sua permanência garantida, conforme observa-se no Art. 184 a seguir:

§ 2º O Termo de Adequação de Conduta é um documento que visa o bom andamento da disciplina no CPMG, no qual o aluno e seus pais e/ou responsáveis assinam, se comprometendo a se adaptar as normas do CPMG. Este acordo não sendo cumprido, o aluno e seus responsáveis deverão voluntariamente escolher outra escola que se encaixe em seu perfil estudantil, após o aluno ser submetido ao Conselho Disciplinar (PMEG, 2018, p. 52).

Observa-se, portanto, que, ao contrário das demais escolas que devem aceitar todos os alunos sem nenhuma forma de seletividade quanto à aprendizagem, aparência, modo de se vestir ou de se comportar, os colégios militares possuem exclusivo direito de seleção dos discentes.

a. O grupo gestor e os docentes do Colégio

Embora no Regimento Escolar (PMEG, 2018) conforme o item IX, artigo 4, p. 2 evidencie uma gestão aberta (“- gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação do ensino deste CPMG”), não há escolha democrática do gestor que seria realizada pela comunidade escolar,

alunos e funcionários como nas demais escolas da rede pública de ensino. Ao contrário, a direção é exercida por um militar e o Regimento não especifica com detalhes quais critérios são utilizados na escolha do mesmo; expõe somente alguns requisitos, conforme o artigo a seguir:

Art. 14. A função de Comandante e Diretor será exercida por um Oficial da PMGO, preferencialmente do posto de Tenente Coronel, pertencente aos Quadros de Oficiais: QOPM ou QOAPM, que possua o Curso Superior e Especialização em Educação ou equivalente (PMEG, 2018, p. 7).

Há uma notória hierarquização das atividades e funções nos colégios militares, atribuindo um papel secundário à prática pedagógica e, em especial, à coordenação pedagógica. Esta é subordinada a um militar como chefe da coordenação e, por isso, os profissionais a eles subordinados tornam-se meros auxiliares do processo didático pedagógico, podendo esbarrar na burocracia e no tecnicismo exacerbado. De acordo com o Regimento, Art. 22:

A função do chefe da Coordenação Pedagógica será exercida preferencialmente por um oficial subalterno, devendo ser possuidor do Curso de Especialização em Educação ou equivalente, e será auxiliado pela equipe de coordenadores pedagógicos disponibilizados pela Secretaria da Educação (PMEG, 2018, p. 11).

Nessa perspectiva, o exercício das práticas pedagógicas esbarra em um racionalismo determinista mecanicista, propiciando um ensino tecnicista regido pela organização racional dos meios os quais desconsideram as especificidades da prática educativa, tais como sua criticidade, sua capacidade criadora e emancipadora. E, concordando com Franco (2017, p. 162), “a retirada do pedagógico na estruturação de práticas educativas é um caminho aberto para organização de práticas tecnicistas, despersonalizadas, mecânicas, despossuídas de sentido”.

Não obstante, é previsto no Regimento a mesma rigidez em relação ao grupo docente do colégio que, assim como os alunos, são submetidos à obrigatoriedade de uniformes, à pontualidade impecável, à apreciação e avaliação de sua conduta. Sendo assim, atribui-se ao gestor da escola a seguinte função, como mostra o art. 16 do Regimento Escolar (PMEG, 2018, p. 9) item XXV: “[...] - encaminhar relação dos professores, instrutores e monitores ao Comando de Ensino Policial Militar do Estado de Goiás, submetendo-a a apreciação, aprovação e publicação”.

Esse processo avaliativo do docente não é realizado exclusivamente pelo gestor, cabendo também à Divisão de Ensino, chefiada por um militar, realizar a avaliação do professor descrita no Art. 124 do Regimento Escolar (PMEG, 2018, p. 11): “[...] XIV- avaliar semestralmente o corpo docente, com aplicação de enquête pedagógica”. Essa lógica evidencia o caráter de hierarquização, estando o professor em posição subalterna dentro desse processo. Em conformidade com Saviani, trata-se de uma pedagogia tecnicista na qual:

[...] o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando professor e aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais. A organização do processo converte-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e

maximizando os efeitos de sua intervenção (SAVIANI, 1986, p. 24).

De acordo com as reflexões de Saviani (1986) sobre a natureza educativa, a educação é um processo humano, dialógico, do homem com o mundo; e, nesse caso, o mundo possibilita ao homem sua inserção crítica, criativa e transformadora no meio em que vive. É essa capacidade de criar que o difere dos animais, é em sua criação que se humaniza. Portanto, compete às instituições de ensino promover uma educação problematizadora capaz de elevar o homem de mero expectador a agente de construção, capaz de compreender e combater as injustiças sociais, as diferenças de tratamento entre as classes e as divisões sociais historicamente construídas e ingenuamente aceitas como algo dado, que sempre existiu.

Não obstante, considera-se que é necessário romper com os discursos ideológicos dominantes de que os colégios militares são capazes de resolver quaisquer problemas relacionados com a segurança, disciplina e aprendizagem, desconsiderando os fatores de exclusão e seletividade. Portanto, pensar uma educação que se opõe à ideologia da classe dominante, é elevar o professor da condição de subalterno a agente principal do processo educativo, rompendo com a naturalização do seu papel secundário no processo de ensino-aprendizagem, assumindo uma posição de destaque com todo prestígio social que lhe é merecido.

C) Relato dos Comandantes do Colégio Militar na rede midiática

Ainda sobre os documentos analisados nesse artigo, segue abaixo trechos do relato de dois Comandantes de Colégios Militares distintos de Goiânia, extraídos da Revista Eletrônica Época, escrita por Camporez (2018) e disponibilizada nos veículos de comunicação das redes midiáticas. O primeiro discurso a ser observado é do tenente-coronel Luzimário Guimarães, comandante diretor do Colégio da Polícia Militar Waldemar Mundim que, no ano de 2015, tornou-se colégio militar. Sobre o processo de militarização dos Colégios diz:

“O que acontece, com a nossa chegada, é uma quebra de cultura. Os alunos vinham de uma cultura de libertinagem. Tinha menina que chegava na hora do intervalo, abraçava o colega e enganchava nele com as pernas”, lembrou o tenente-coronel, tentando explicar as cenas com imitações e gestos. “Tinha homossexual aqui que pintava o cabelo de alaranjado, de vermelho, de roxo. Com a nossa chegada, a gente diz: ‘Rapaz, você pode ser homossexual, mas tem de manter a postura’. Dentro da razoabilidade, o que a gente cobra é o mínimo de moral” - LUZIMÁRIO GUIMARÃES - Comandante diretor do Colégio Estadual Waldemar Mundim (CAMPOREZ, 2018, s/p – grifos do autor).

A orientação sexual explícita, bem como a escolha da cor do próprio cabelo, segundo a fala do gestor, é algo que contradiz a moral (esperada e legitimada no discurso desse modelo de escola) e que não pode ser aceito pelo colégio. Essa forma de comportamento entraria em uma espécie de confronto com os ‘bons costumes’, podendo macular a escola militar que, em tese, preza por uma moralidade cristã e por uma prática de boas famílias. Para Cunha (2014, p. 358), essa educação moral constitui um legado da ditadura militar à educação brasileira, justificada pela ideia de “[...] repressão político-ideológica” contra a ‘subversão’. Esse é, pois, um legado deixado aos colégios militares, permanecendo até os dias atuais, com o mesmo ensinamento: regenerar, nascer de novo, havendo somente a substituição da nomenclatura, que atualmente constitui-se uma disciplina da matriz curricular dos colégios militares denominada disciplina de ‘Cidadania’. Esta disciplina é ofertada em todos os colégios militares do Estado de Goiás, concomitantemente por um professor e um militar que, juntos, ministram as aulas, teórica e prática, das quais os conteúdos detalhados de cada turma são especificados pelo Comando de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, com

vistas na formação moral e cívica do aluno.

Pode-se observar na fala do comandante que uma das principais preocupações desse modelo de escola se refere à mudança da cultura do aluno para que o mesmo se enquadre em um ideal de comportamento e postura que atenda às expectativas do militarismo: homogêneo, padrão, imposto pelo conjunto de regras do regulamento do colégio. Para Cunha (2014, p. 361), isso constitui uma das premissas deixadas pela ditadura, sendo “a educação tratada como instrumento de regeneração moral do indivíduo e da sociedade”. Ainda segundo o autor:

A ideia subjacente era a de que se impunha ‘enfrentar o desafio maior do século, em que as nossas mais caras tradições democráticas e cristãs se veem ameaçadas pelo materialismo marxista’. Em consequência, a ‘instituição comunista’ foi responsabilizada pela ‘queda nos padrões de comportamento social’, a qual deveria ser combatida pelo ensino da Moral e do Civismo (CUNHA, 2014, p. 368).

Percebe-se o quanto o discurso em defesa de uma educação para a formação moral do educando tem ganhado força no estado de Goiás nos últimos anos em função do crescimento dos colégios militares nesse estado e em virtude do diferencial curricular e metodológico (aula teórica e prática) das disciplinas de Cidadania. Esta disciplina, conforme observa-se também nos documentos desse modelo de escola, é ministrada por professores e militares e apresenta como objetivo contribuir no processo de homogeneização dessas escolas, bem como atingir o padrão de qualidade ideologicamente propalado no discurso do Regimento dos colégios militares.

Em suma, a comunidade acredita que somente por meio da intervenção dos militares seria possível proporcionar aos educandos um ensino de qualidade. Em analogia aos interesses da comunidade civil, segundo Pinheiro (2016, p. 4 – grifos da autora), os militares se manifestariam a favor da expansão desses colégios com o intento de “oferecer a seus filhos, o mesmo padrão de ‘qualidade’ que se desenvolve nas escolas particulares, porém com a estrutura e os recursos do Estado”.

Ainda segundo Cunha (2014, p. 374), há um discurso ideológico construído com base na seguinte afirmação: “[...] tudo o que é público é ruim, tudo que é bom é privado”. Esse discurso ganhou força nos últimos anos e tem sido reconstruído, reforçado e ideologicamente reproduzido com a seguinte afirmação: a escola pública não militar não consegue oferecer uma educação de qualidade, ou seja, a ‘escola militar é boa, e a escola civil é ruim’.

Nesse sentido, embora percebe-se que, no geral, trata-se de uma escola com uma aceitação muito grande da comunidade. A reportagem citada anteriormente traz a entrevista de uma aluna que preferiu não se identificar, mas que se diz contra as normas e exigências da escola, estando matriculada obrigatoriamente para atender o desejo dos pais. O tenente-coronel Thélío Alexandre Araújo Amorim, comandante e diretor do colégio Vasco dos Reis, respondeu à crítica da aluna dizendo que: “Eu não boto uma faca na costela do aluno para obrigar ele a vir para a escola. Ele vem porque quer”. Essa afirmação reforça o caráter de imposição das regras e dos costumes dessa escola.

Não há no Regimento dessas escolas de forma clara e precisa uma orientação quanto à emancipação de vida do educando. O tenente-coronel citado na reportagem profere algumas palavras sobre valores, mas não especifica a finalidade de trabalhar os valores, quais são os valores e qual tipo de ser humano pretende-se formar por meio dessa educação oferecida nesse modelo de escola, conforme observa-se no relato do mesmo: “Nós trazemos alguns valores para cá. É um modelo onde defendemos nossas teses, nossas convicções, sendo mais uma opção educacional no estado e no Brasil” (CAMPOREZ, 2018, s/p).

Não são somente os alunos que estão subordinados à aceitação e submissão às regras impostas. O comandante reforça o caráter de hierarquização e subordinação dos professores que, segundo o militar, devem seguir a mesma lógica imposta aos alunos:

Quando uma escola é militarizada, os professores também precisam se ‘enquadrar’. Muitos não resistem e pedem transferência para outros colégios em que a direção é civil. Quem fica é obrigado a usar jalecos brancos que vão até os joelhos. Barba, penteados chamativos ou acessórios extravagantes, como brinco de argola grande, são banidos da estética e da indumentária docentes (CAMPOREZ, 2018, s/p – grifos do autor).

Em referência à obrigatoriedade e o alto valor cobrado pelo uso e aquisição dos uniformes, a justificativa utilizada pelo comandante é a de uniformidade e de igualdade, ocultando assim, as desigualdades econômicas: “O uniforme traz ao aluno o sentimento de orgulho, porque traz as cores do colégio militar e coloca todos em situações iguais. Isso evita inclusive o bullying”. Antagonicamente, o uso dos uniformes pode propiciar um certo status social dos alunos dos colégios militares em relação aos demais estudantes das escolas das camadas populares, uma vez que não são todas as famílias que conseguem matricular seus filhos nas escolas militares devido aos altos investimentos utilizados com a aquisição dos uniformes e o pagamento mensal da contribuição, recebida pela Associação de Pais. Segundo o Regimento Escolar (2018) artigo 79 p. 27: “A Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) é órgão auxiliar e representativo criado para mediar os interesses do CPMG e da sua comunidade escolar”.

Sobre essa questão, o comandante justifica: “Alguns segmentos confundem essa ajuda com a obrigatoriedade de pagar matrícula. Mas esse dinheiro que vem da associação é revertido para o conforto dos próprios alunos. A controvérsia deverá ser resolvida pela Justiça” (CAMPOREZ, 2018, s/p).

Diante do exposto, observa-se que há no documento e relatos supracitados elementos que podem contribuir no entendimento dessas escolas como lócus de reprodução de interesses das classes dominantes e não da classe trabalhadora. Sendo assim, considera-se a necessidade de nos reportarmos à concepção de ideologia para compreendermos como isso se dá no âmbito das escolas militares.

A prática da reprodução da Ideologia dominante

Conforme observou-se nas concepções de Althusser (1980), tendo assegurado as relações de dominação por meio da divisão social do trabalho, ideologicamente aceita e dissimulada, compete então aos “Aparelhos Ideológicos do Estado”, em especial o escolar, manter “a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista” (ALTHUSSER, 1980, p. 62). Nesse sentido, a escola é hoje, em especial a militar (por concentrar em seu terreno os dois Aparelhos do Estado concomitantemente operando em prol da reprodução das relações de exploração da cultura dominante), o aparelho ideológico mais eficaz na perpetuação dos interesses burgueses, selecionando, classificando e preparando os alunos para que assumam seus postos na divisão social do trabalho de acordo com a sua posição social. Segundo o autor:

Desde a pré-primária, a Escola toma a seu cargo todas as crianças de todas as classes sociais, e a partir da Pré-Primária, inculcando-lhes durante anos, os anos em que a criança está mais ‘vulnerável!’, entalada entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado Escola, ‘saberes práticos’ (des ‘savoir

faire’) envolvidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história, as ciências, a literatura), ou simplesmente, a ideologia dominante no estado puro (moral, instrução cívica, filosofia) (ALTHUSSER, 1980, p. 74 – grifos do autor).

As considerações do autor mostram que, por questões econômicas de produção, não é garantido a todos os indivíduos os privilégios exclusivos dos capitalistas, havendo, portanto, a divisão social do trabalho de acordo com a condição econômica. Nesse caso, os proletários são subjugados a ocuparem determinados postos fixados de acordo com sua posição social. E, para garantir que essa ocupação ocorra de maneira pacífica, esses indivíduos (os pobres), precisam ser submissos e aceitarem a divisão social de classe como algo dado, estabelecido e a-histórico.

Sendo assim, as constatações do autor levam à reflexão sobre a legitimação dos discursos que mantêm e ampliam os colégios militares como solução para os problemas sociais. As de que, somente por meio de uma educação para a formação moral, cristã, com ênfase na obediência, no respeito à hierarquia e às regras impostas sem questionar, é possível que aceitem tudo como está, porque “sempre foi assim”, porque um “deus quis assim”. Somente por meio de uma educação rígida que faça renascer no ser humano a religiosidade, a fé cristã, o patriotismo, a solidariedade, a caridade, em suma, somente uma escola “de civismo e cidadania”, garantiria a construção desse paradigma de educação. Portanto, a escola é o lócus privilegiado de manutenção da ideologia burguesa. Para o autor:

[...] nenhum Aparelho Ideológico de Estado dispõe durante tanto tempo da audiência obrigatória (e ainda por cima gratuita ...), 5 a 6 dias em 7 que tem a semana, à razão de 8 horas por dia, da totalidade das crianças da formação social capitalista (ALTHUSSER, 1980, p. 66).

Observa-se, portanto, que, para a manutenção da ideologia e para manter a hegemonia burguesa utilizam-se de um discurso ideológico universalmente aceito, partindo do pressuposto de que a sociedade necessita formar cidadãos moralmente educados, disciplinados, sociáveis, capazes de lidar com as injustiças sociais com aceitação, por meio de relações sociais pacíficas e submissas. Nesse sentido, a escola militar estaria apta a cumprir todos esses requisitos, garantindo o controle dos aparelhos ideológicos escolares sob a gestão dos aparelhos ideológicos repressivos.

Considerações Finais

Este artigo apresentou como objetivo investigar a natureza e o caráter do discurso que vem sendo reproduzido e utilizado para justificar a seletividade, a racionalização, a hierarquização, a burocratização e a subalternização do professor no processo de ensino-aprendizagem. Com base na leitura do texto de Chauí (2008), percebeu-se que os discursos propalados na rede midiática dissimulam as reais causas da divisão do trabalho, velando os fins a que se destinam as questões sociais verdadeiras. Desse modo, a história contada pela classe dominante subjaz aos interesses da burguesia e convence a população a apoiar os fins proclamados, como se fossem interesses comuns a todas as classes sociais; não obstante, as causas de insucesso e fracasso são atribuídas aos seres transcendentes ou a gênese ‘do sempre foi assim’.

Nessa acepção, de acordo com a pesquisa, a medida que o discurso de caos e violência é difundido, reforça-se o mote de que ‘as escolas públicas civis são ruins e as escolas militares são boas’. Esse discurso, ideológico, associado aos aparelhos repressivos do estado, constroem um ideário imaginário de segurança e de sucesso escolar que só pode ser alcançado pelas escolas militares, velando as reais

causas das desigualdades sociais, de raça e de gênero. Nesse sentido, os colégios militares seriam as instituições escolares mais eficazes para a seleção, controle, disciplina e punição das crianças e adolescentes que, no ideário coletivo, necessitam da intervenção policial militar em sua formação educacional. Não obstante, está sendo decretada a falência da escola pública, bem como o suposto fracasso do professor, que passa a ser substituído pela forma militar de ensino.

Diante do exposto, na perspectiva althusseriana, sendo a escola concebida como locus de reprodução ideológica do Estado e da cultura dominante, aponta-se a preocupação na ação educativa das crianças e adolescentes no espaço escolar que apresenta os dois aparelhos - repressivos e ideológicos (ALTHUSSER, 1980). Esses aparelhos estão operando concomitantemente, prevalecendo o repressivo no caso da educação militar, atribuindo ao pedagógico uma função secundária que legitima as práticas de estandarização, seleção, exclusão e punição. Tudo isso com o objetivo principal de perpetuação dos interesses hegemônicos: a escola cumpre a função da manutenção da ordem e da formação de indivíduos educados para a aceitação das injustiças sociais e da divisão de classes por meio da convivência pacífica, perpetradas pelo discurso de civismo e cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Li
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Jane
- CAMPOREZ, Patrik. Número de escolas públicas “militarizadas” no país cresce sob o pretexto de enquadrar 23/07/2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/numero-de-escolas-publicas-militarizadas-no-pais-cresce-to-de-enquadrar-os-alunos-22904768> Acesso em: 22/01/2020.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educ. Pesqui.** vol. 42 no.1 São Paulo ja http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022016000100245&lng=pt&tlng=pt Acesso
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.
- CUNHA, L. A. **O legado da ditadura para a educação brasileira**. CEDES, Campinas, v. 35, n. 127, p. 35 em:<http://www.cedes.unicamp.br>.
- FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia: por entre resistências e insistências. **Rev. Esp: Pessoa**, v.10, n.2, p. 161-173, mai./ago. 2017.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos**, para quê? São Paulo: Cortez, 1998.
- MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grimaldo, 1974
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.
- PINHEIRO, Veralúcia. A Espetacularização da educação moral dos Colégios Militares. **REVELLI**. v.8 n.1. A – 6576. Dossiê Tópicos Especiais em Educação e Língua; <http://www.revistateste.ueg.br/index.php/revelli/article/view/4726/4525>. Acesso em 09 de janeiro de 2020.
- PINHEIRO, Veralúcia. **As Contradições e os conflitos das escolas públicas sob a gestão da Polícia Militar** em: <http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05> Acesso em 27 de dezembro de 2019.
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Comando de Ensino Policial Militar Colégio da Políc **Regimento Escolar**. 2018. Disponível em: <https://www.portalcepmg.com.br/wp-content/uploads/2018/25/01/2020>.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1986.
- YOUNG, Michael. Para que servem as escolas?. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302 <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20/01/2020.

* Mestranda da Faculdade de Inhumas FacMais.

Professora da Rede Estadual de Ensino; participante do grupo de Pesquisa: Concepções de Diferentes Agentes Educativos Sobre finalidades Educativas Escolares no Século XXI: Um Estudo no Estado de Goiás.